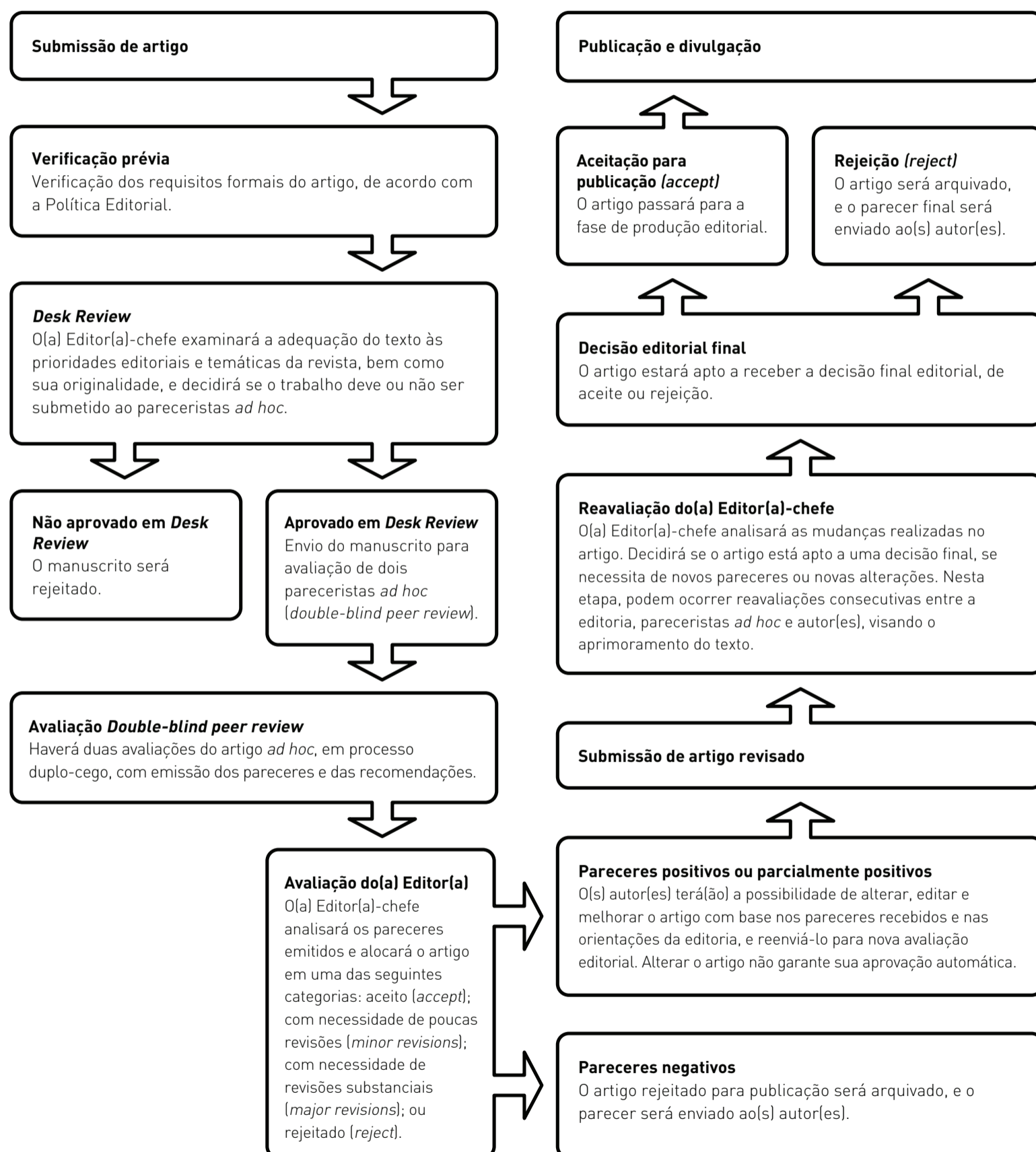


O QUE BUSCAMOS EM UM ARTIGO CIENTÍFICO?

<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201830>

É com satisfação que publicamos o último número da *Revista Direito GV* de 2018. Inicialmente, apresentamos o fluxograma de nosso processo editorial, que descreve as etapas da avaliação.



É importante que os autores conheçam como a avaliação será realizada e tenham clareza sobre cada etapa desse processo. Por isso, neste editorial, decidimos apresentar nossas expectativas quanto aos artigos, a fim de auxiliar o(s) autor(es) na preparação de suas submissões.

Nesse sentido, sugerimos também a leitura dos primeiros editoriais de 2017 e de 2018, pois neles fizemos uma retrospectiva dos artigos avaliados nos anos anteriores. Nesses textos, apresentamos algumas estatísticas, como números de submissão, tempo médio de avaliação e número de artigos publicados (BARBIERI, 2017, 2018).

Quem deseja submeter um artigo à *Revista* deve, primeiro, ler atentamente nossa Política Editorial¹ para conferir quais são nossas linhas de publicação e os requisitos gerais exigidos. Apesar de ser um passo básico para a submissão, recebemos muitos artigos que não seguem as diretrizes mencionadas.

Outro ponto importante é que os artigos enviados devem ser *inéditos* e *originais* e não estar em fase de avaliação ou publicação por outro periódico. Os conceitos de ineditismo e originalidade são debatidos na literatura, e seu entendimento varia de acordo com a área ou o periódico (MIGLIOLI, 2012; GUETZKOW; LAMONT; MALLARD, 2004; STIGLER, 1955).

Para a *Revista Direito GV*, artigos *inéditos* são aqueles que não foram publicados ou disponibilizados em qualquer outro meio. Desse modo, são excluídos da avaliação artigos já publicados em livros, outros periódicos, redes acadêmicas, como Researchgate ou SSRN, e anais de congressos. Isso porque, já estando o artigo disponibilizado em qualquer outro meio, nossos pareceristas poderão tomar conhecimento do texto e de sua autoria, quebrando a regra básica da avaliação cega.

Já *originalidade* tem relação com *inovação* e com a produção de um efetivo avanço do campo de conhecimento no qual se insere o texto. Por isso, meras revisões de literatura não são nosso foco de publicação. Embora empregemos um conceito amplo de originalidade, é essencial que o texto veicule novos conceitos ou teorias, novas abordagens metodológicas ou novas interpretações sobre tópico já conhecido.

Vale também destacar as diretrizes de boas práticas em publicação adotadas pela *Revista Direito GV*, que devem ser conhecidas e seguidas pelos autores.² A preocupação com as normas éticas em

...

1 Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/revista_direito_gv_politica_editorial.pdf> Acesso em: 18 out. 2018.

2 *Código de boas práticas científicas* (FAPESP): <http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf>; *Diretrizes* (CNPq): <<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>>; *Guidelines* (COPE): <<https://publicationethics.org/resources/guidelines>>. Acesso em: 18 out. 2018.

pesquisa e publicação é essencial na área do Direito, e cada autor(a) deve buscar conhecê-las e segui-las em suas produções intelectuais.

Se o artigo for aprovado em *desk review*, passa à fase de avaliação por pares no sistema duplo-cego. Essa fase destina-se não apenas à avaliação do texto, mas também ao seu aprimoramento. Embora os(as) autores(as) não sejam obrigados(as) a adotar tudo que foi sugerido pelos(as) pareceristas, é esperado que dialoguem com os pontos questionados, justifiquem suas escolhas no texto e tornem os argumentos apontados mais claros ou mais fortes. Aqui, cabe destacar que a alteração do texto não garante sua aprovação automática, pois posteriormente faz-se uma análise detalhada das modificações realizadas à luz dos pareceres. É importante enfatizar, ainda, que cada decisão da *Revista* considera seu panorama geral, levando em conta a totalidade dos artigos em processo de avaliação, as prioridades editoriais, além das regras do Qualis/Capes (por exemplo, exogenia, titulação dos autores) e as diretrizes de internacionalização do SciELO.

Após a aprovação do texto, segue-se a fase de produção, na qual o texto passa pelas etapas de revisão e diagramação. O trabalho prossegue após a publicação, com a divulgação do artigo, momento em que o(s) autor(es) tem(têm) o importante papel de disseminar o artigo publicado em sua comunidade e entre os pares de sua área. Para a *Revista*, a mera publicação não basta: nossa meta é garantir a efetiva disseminação do conhecimento *inédito* e *original* que veiculamos. Por essa razão, optou-se, desde a criação da *Revista*, pela disponibilização de seu conteúdo em acesso aberto.

Por fim, ressaltamos que todas as exigências do processo editorial buscam torná-lo mais transparente, justo e profissional, em respeito ao(s) autor(es) que depositam em nós sua confiança, e aos(às) pareceristas *ad hoc*, cujo trabalho é essencial para a manutenção do sucesso da *Revista Direito GV*.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Catarina Helena Cortada. Editorial. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 7-13, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201701>.

_____. *Revista Direito GV* em números: balanço de 2017 e perspectivas para 2018. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 7-16, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=

S1808-24322018000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201801>.

GUETZKOW, Joshua; LAMONT, Michèle; MALLARD Grégoire. What is originality in the humanities and the social sciences? *American Sociological Review*, v. 69 n. 2, p. 190-212, abr. 2004. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3593084>>. Acesso em: 18 out. 2018. <https://doi.org/10.1177/000312240406900203>.

MIGLIOLI, Sara. Originalidade e ineditismo como requisitos de submissão aos periódicos científicos em Ciência da Informação, *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 378-388, set. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3372>>. Acesso em: 18 out. 2018. <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.493>.

STIGLER, George. The nature and role of originality in scientific progress. *Economica New Series*, v. 22, n. 88, nov. 1955, p. 293-302. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2551184>. Acesso em: 18 out. 2018. <https://doi.org/10.2307/2551184>.

Catarina Helena Cortada Barbieri

<https://orcid.org/0000-0002-0332-7063>

Fundação Getulio Vargas
São Paulo – SP – Brasil

EDITORA-CHEFE DA REVISTA DIREITO GV. PROFESSORA DA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV DIREITO SP). MESTRE E DOUTORA EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

catarina.barbieri@fgv.br

Juliana Silva Pasqua

<https://orcid.org/0000-0002-0107-6344>

Fundação Getulio Vargas
São Paulo – SP – Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL DA REVISTA DIREITO GV. LL.M. EM DIREITOS FUNDAMENTAIS PELA LUDWIG-MAXIMILIANS-UNIVERSITÄT DE MUNIQUE (LMU) E GRADUADA EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

juliana.pasqua@fgv.br

